



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº. \_\_\_\_\_, DE 2016**  
**(Do Sr. Deputado Andre Moura)**

*Solicita informações ao Ministério da Fazenda, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Secretaria do Tesouro Nacional, sobre os repasses aos Municípios a partir da Emenda Constitucional nº 84, de 2014.*

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministério da Fazenda, na figura de seu representante legal, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Secretaria do Tesouro Nacional, as seguintes informações:

**1 – Qual é o valor repassado aos Municípios pelo Fundo de Participação de Municípios – FPM em 2015 após a promulgação da Emenda Constitucional nº 84, de 2014, de forma individualizada por Região e Estado-membro da Federação?**

**2 – Qual é o valor repassado aos Municípios pelo Fundo de Participação de Municípios – FPM em 2016 após a promulgação da Emenda Constitucional nº 84, de 2014, de forma individualizada por Região e Estado-membro da Federação?**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**3 – Por que a Lei Orçamentária Anual – PLOA de 2016 está usando o critério de apenas 0,75% (0,25% referente ao ano de 2015 e 0,5% do ano de 2016) na projeção do Fundo de Participação de Municípios – FPM deste ano e não 1% como consta na Emenda Constitucional nº 84/2014?**

### **JUSTIFICAÇÃO**

O presente Requerimento deve-se ao fato de terem sido veiculadas diversas matérias na mídia alegando que o Governo Federal não repassou o percentual estabelecido pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015.

No intuito de corroborar com o sustentado, citam-se duas destas notícias: boletim de fevereiro/março de 2016 veiculado no site da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, acessado no dia 26 de abril de 2016, [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiEtYChjq3MAhUEjpAKHTu1C\\_AQFgg9MAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.fnames.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F03%2Fboletim\\_cnm\\_022016.pdf&usg=AFQjCNFIInDIPjNqfgufD1TMD-v5IPJ1GXQ&sig2=kzHRYFZWtsbfSxZu6-JsvQ&bvm=bv.120551593,d.Y2I](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiEtYChjq3MAhUEjpAKHTu1C_AQFgg9MAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.fnames.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F03%2Fboletim_cnm_022016.pdf&usg=AFQjCNFIInDIPjNqfgufD1TMD-v5IPJ1GXQ&sig2=kzHRYFZWtsbfSxZu6-JsvQ&bvm=bv.120551593,d.Y2I), e artigo veiculado no site da Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE, no dia 07 de março de 2016, <http://www.amupe.org/cnm-se-reune-com-presidente-dilma-para-cobrar-compromissos-firmados-com-os-municipios/>, respectivamente, *verbis*:

#### **“Fundo de Participação”**

Um dos pontos cruciais enfatizados pela CNM foi o valor do repasse extra de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2014, foi aprovado pelo Congresso Nacional e com apoio do próprio governo federal o repasse extra de 1%



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

do FPM. Na Emenda Constitucional (EC) 84/2014, seriam distribuídos 0,5% em 2015 e 1% em 2016.

Porém, no repasse de julho de 2015, os Municípios só receberam o aumento referente aos meses de janeiro a junho, ou seja, 0,25%. E agora, após leitura do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2016, verificou-se que o Tesouro Nacional estava usando o critério de apenas 0,75% (0,25 referente ao ano de 2015 e 0,5% do ano de 2016) na projeção do FPM deste ano e não 1% como consta na Emenda Constitucional aprovada. “No encontro, após relato dos prefeitos, a presidente confirmou que os Municípios irão receber o que é devido por lei, ou seja, 1% do FPM”, informou Aroldi.”

### **“CNM se reúne com presidente Dilma para cobrar compromissos firmados com os Municípios”**

Na sexta-feira, 4 de março, o presidente em exercício Glademir Aroldi da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e os presidentes das Associações Estaduais participaram de reunião no Palácio do Planalto com a presidente Dilma Rousseff. No encontro também estavam presentes o chefe da Casa Civil, Jaques Wagner e o ministro-chefe Ricardo Berzoini.

Um dos pontos cruciais enfatizados pela CNM foi sobre o 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2014, foi aprovado pelo Congresso Nacional e com apoio do próprio governo federal, o aumento de 1% do FPM. Porém, no repasse de julho de 2015, os Municípios só receberam 0,25%. E agora, após leitura do orçamento de 2016 verificou-se que o Tesouro Nacional só iria repassar apenas 0,75% e não 1% como consta na Emenda Constitucional aprovada. “No encontro, após relato dos prefeitos, a presidente confirmou que os Municípios irão receber o que é devido por lei, ou seja, 1% do FPM” informou Aroldi.

Além disto, também foi discutido sobre a modificação do Imposto de Renda Retido na Fonte dos prestadores de serviços aos Estados e Municípios pela Receita Federal. De uma hora para outra foi determinado que os Estados e Municípios transfiram ao Tesouro Nacional esse recurso, além dos valores referentes aos últimos cinco anos. A presidente alertou que esta cobrança retroativa não deve ser feita e que situação atual deve ser revista imediatamente.

A CNM também cobrou veemente uma solução concreta para os atrasos e falta de correção nos repasses principalmente nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. “A gente cobrou muito a relação federativa e o compromisso do



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

governo em cumprir suas obrigações com os Municípios” enfatizou o representante da CNM.

### **Falta de recursos**

Sobre a falta de pagamento do Fundo de Exportação (FEX) referente ao ano de 2015 a presidente determinou que seja encaminhada uma lei imediatamente para o Congresso Nacional para que o recurso seja pago ainda no primeiro semestre de 2016.

Durante o encontro também foi discutido o apoio dos prefeitos para a aprovação no Congresso Nacional da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CMPPF) nos moldes propostos pelos gestores municipais. Isto é, 0,20% para a União, 0,09% para os Estados e 0,09% para os Municípios, mas sem desconto no Imposto sobre movimentações financeiras (IOF) nos Estados e Municípios, com destinação para previdência, mas também para a área de saúde e seguindo a distribuição do FPM. “Apesar não ser o momento adequado para mais um imposto, nós devemos discutir bastante com os prefeitos e avaliar as opções para os Municípios” concluiu Aroldi.

Além destes assuntos, também foram tratados temas como a repatriação de recursos, estimativas superestimadas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), reforma da previdência, desvinculação dos recursos da União e restos a pagar.

### **Presidentes**

Participaram da reunião os presidentes da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Marcelo Beltrão Siqueira, União dos Municípios Roberto Stuckert Filho/Palácio do Planalto da Bahia (UPB), Maria Quitéria Mendes de Jesus, Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Expedito José do Nascimento, Associação Goiana de Municípios (AGM), Cleudes Bernardes da Costa e Federação Goiana de Municípios (FGM), Divino Alexandre. Também estiveram presentes Associação Mineira de Municípios (AMM), Antônio Júlio, Associação Mato-Grossense de Municípios (AMM), Neurilan Fraga, Associação dos Municípios de Pernambuco (Amupe), José Coimbra Patriota Filho, Associação Piauiense de Municípios (APPM), Arinaldo Antônio Leal. E finalmente os presidentes da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Luiz Carlos Folador, Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Sisi Blind, Associação Tocantinense de Municípios (ATM), João Emídio de Miranda, Associação Rondoniense de Municípios (AROM), Jurandir de Oliveira Araújo, Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), Tota Guedes;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Associação dos Municípios do Paraná, Marcel Micheletto e o vice-presidente da Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul), Erney Cunha Bazzano Barbosa.”

A partir dessas considerações é que se solicitam as informações citadas acima e espera-se que o governo informe os percentuais repassados aos Municípios após a promulgação da Emenda Constitucional nº 84, de 2014.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2016.

**Deputado André Moura**

**PSC/SE**